



Viseu, 5 de abril de 2019

ALERTA

REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO - (RCBE)

O Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) foi criado pela Lei 89/2017, de 21 de agosto e está regulamentado pela Portaria 233/2018, de 21 de agosto.

O RCBE é uma base de dados exata e atual sobre pessoa ou pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiro, detém a propriedade ou controlam efetivamente empresas, fundos ou entidades de outra natureza (ex: associações).

Esta base de dados visa o reforço da transparência das relações comerciais e do cumprimento dos deveres em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Quem gere o RCBE é o Instituto dos Registos e Notariado.

NOÇÃO DE BENEFICIÁRIO EFETIVO

O beneficiário efetivo é a pessoa física que controla uma empresa, fundação, associação, entidade empresarial, sociedade civil, cooperativa, fundo ou trust, por um dos seguintes meios:

- Propriedade de participações sociais (quotas ou ações);
- Controlo, por outros meios, de pessoa coletiva;
- Direção ou gestão da pessoa coletiva

OBRIGATORIEDADE DO REGISTO

O registo de beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal ou que aqui pretendam fazer negócios.

Todas as entidades a seguir mencionadas têm que obrigatoriamente registar os seus beneficiários efetivos:

- Sociedades Comerciais
- Associações, cooperativas, fundações, sociedades civis e todas as outras entidades coletivas que exerçam atividade ou pratiquem ato ou negócio jurídico em território nacional que determine a obtenção de um número de identificação fiscal em Portugal;
- As representações de pessoas coletivas internacionais que exerçam atividade em Portugal;
- Outras entidades (instrumentos de gestão fiduciária, fundos, trust e outros).

O registo é gratuito, mas se o mesmo ou qualquer atualização for efetuada fora do prazo tem um custo de € 35,00.

PRAZOS PARA EFETUAR O REGISTO

As empresas já existentes, têm que fazer a primeira declaração de beneficiário efetivo nos seguintes períodos:

- Entidades sujeitas a registo comercial – de 1 de janeiro a 30 de abril 2019;
- Outras entidades – de 1 de maio até 30 de junho 2019.

ALERTAM-SE AS EMPRESAS DE QUE O PRAZO PARA EFETUAR O RCBE TERMINA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019.

Após a primeira declaração, todas as entidades estão obrigadas a atualizar toda a informação que consta dessa declaração:

- Sempre que existam alterações aos dados declarados, no prazo de 30 dias a contar do facto que a origina;
- A partir de 2020, em confirmação anual até ao dia 15 de julho de cada ano.

QUEM PODE FAZER O REGISTO

O beneficiário efetivo pode ser declarado por:

- Gerentes, administradores ou pessoas com funções equivalentes, autenticando-se com cartão de cidadão ou chave móvel digital;
- Fundadores das entidades, na sequência de procedimentos especiais de constituição imediata;
- Advogados, notários e solicitadores com poderes de representação, autenticados com certificados digitais profissionais.

COMO SE FAZ O RCBE E QUE INFORMAÇÕES SÃO SOLICITADAS

O registo é efetuado no seguinte endereço eletrónico: <https://rcbe.justica.gov.pt/>

A declaração de registo deve conter a informação relevante sobre:

- A entidade sujeita ao RCBE;
- No caso de sociedades comerciais, a identificação dos titulares do capital social, com discriminação das respetivas participações sociais;
- A identificação dos gerentes, administradores ou de quem exerça a gestão;
- Os beneficiários efetivos;
- O declarante.

Dados a inserir na declaração de registo:

QUANTO À PESSOA COLETIVA

- NIPC;
- Firma ou denominação social;
- Natureza jurídica;
- Sede;
- CAE;
- O identificados único de entidades jurídicas, quando aplicável;
- O endereço eletrónico institucional.

QUANTO AO BENEFICIÁRIO EFETIVO

- Nome completo;
- Data de nascimento;
- Naturalidade;
- Nacionalidade;
- Morada completa de residência permanente, incluindo o País;
- Os dados do documento de identificação.
- NIF;
- O endereço eletrónico de contacto;
- Circunstâncias indiciadoras da qualidade de beneficiário efetivo e do interesse económico detido;

O GCJF – Gabinete de Consultoria Jurídica e Fiscal da AIRV está à disposição de todos os associados para prestar as informações e esclarecimentos que pretendam

CONHECER PARA CRESCER